

CRIAÇÃO DE UMA COMUNIDADE ECONÔMICA LATINO-AMERICANA

FELIPE HERRERA

Num mundo que o progresso tecnológico e as facilidades de comunicações tornam cada vez menor, todo esforço pelo desenvolvimento tende a ser, necessariamente, um esforço pela integração. Como bem acentuou o Papa JOÃO XXIII, "as comunidades políticas se condicionam mutuamente e pode afirmar-se que cada qual consegue seu desenvolvimento contribuindo para o desenvolvimento das demais". Dentro dessa ordem de idéias o autor desenvolveu sua lúcida exposição sobre uma comunidade econômica latino-americana perante o Centro d'Azioni Latina, em Roma, e da qual reproduzimos os tópicos principais. Nela se assinalam o impulso integracionista da América Latina, a contribuição do BID para os resultados obtidos e a importância da cooperação européia em favor do desenvolvimento econômico deste Continente.

I — REGIONALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

É PROVÁVEL que dois dos fatos mais destacados no campo das realidades políticas, econômicas e sociais do período transcorrido desde o término da Segunda Guerra Mundial sejam o reconhecimento da interdependência que caracteriza cada vez mais as relações internacionais do mundo cocontemporâneo e o estabelecimento dos planos de integração regional. Ao lado desses fatos, há outro fa-

tor que também adquire importância: a crescente solidariedade internacional na ação destinada a estabelecer um mundo mais equilibrado, no qual não exista, ou, quando nada, seja mais reduzida, a imensa distância que separa os níveis de receita que existem nos países industrializados e nas nações em desenvolvimento.

A correção dessa disparidade foi o objetivo principal que determinou o apêlo das Nações Unidas para que se transformasse o período de 1960 a 1970 na "década do desenvolvimento". Observa-se lamentavelmente que, transcorrida a primeira metade dessa década, as realizações concretas estão muito longe de haver alcançado as metas que inicialmente se traçaram. De fato, a transferência líquida de recursos das nações industrializadas aos países em desenvolvimento, em lugar de chegar ao nível previsto de 1% do produto nacional bruto daquelas nações, se vai traduzindo numa percentagem cada vez menor da receita dos países exportadores de capital.

O estabelecimento de um sistema econômico internacional mais equilibrado não depende, sem dúvida, apenas da cooperação externa que as nações mais adiantadas possam prestar às que estão em processo de desenvolvimento. Por mais que se reconheça a importância dessa cooperação internacional, os países subdesenvolvidos têm plena consciência de que lhes incumbe a responsabilidade capital na procura de soluções para impulsionar seu crescimento econômico e conseguir maior bem-estar social.

Essa procura de novas formas destinadas a impulsionar o progresso econômico e social levou os países que constituem os dois terços subdesenvolvidos do mundo à aplicação de fórmulas que permitam integrar em bases regionais suas relações sociais, políticas e econômicas. Os povos emergentes sabem que as grandes potências econômicas de hoje, —por exemplo, os Estados Unidos e a Rússia—, conseguiram sua atual prosperidade graças à integração e aos amplos mercados que a mesma permite desfrutar. Têm também diante de si o exemplo dos países industrializados da Europa Ocidental, que constituíam uma comunidade econômica para aproveitar os benefícios de processos de pro-

dução orientados para o abastecimento de mercados mais amplos.

Essa tendência ao regionalismo integrado se observa em grau maior ou menor entre os países árabes, na África recém-emancipados, na Ásia e, com rapidez cada vez maior, na América Latina.

II — O IMPULSO INTEGRACIONISTA DA AMÉRICA LATINA

A América Latina fragmentou-se no século XIX em vinte repúblicas politicamente separadas pelos nacionalismos nascentes e economicamente isoladas em consequência da tendência centrífuga que o sistema de comércio colonial imprimira à região.

Não havia então, como também não houve nas primeiras décadas do século XX, as condições necessárias para uma reintegração dos países latino-americanos, do ponto-de-vista regional e interno, que superasse, de um lado, a dependência econômica do exterior e a falta de comunicação entre eles e, do outro, a estratificação social e o desequilíbrio do nível de desenvolvimento entre as zonas de um mesmo país. Entretanto, durante os últimos anos, a confluência das circunstâncias externas que havia mais de quatro décadas transformavam a velha ordem internacional e as frustrações do desenvolvimento interno compreendido apenas na dimensão de cada Estado, colocaram a integração na primeira linha das preocupações latino-americanas.

O impulso para a integração da América Latina não obedece apenas a motivações derivadas da afinidade histórico-cultural, das semelhanças étnicas e da vizinhança geográfica. O processo se nutre ainda da convicção cada vez mais espalhada de que, em vista das condições do mundo contemporâneo, o fortalecimento da integração econômica regional tornará mais viável o desenvolvimento de cada país em particular e da América Latina em seu conjunto, como uma unidade de nações com motivos e objetivos comuns, como uma unidade com fisionomia própria num mundo cada mais inter-relacionado. Por isso, a integração da América Latina não se está fazendo sob o signo da au-

tarquia, do isolacionismo ou de uma nova espécie de regionalismo continental exclusivista. É, ao contrário, um impulso de aglutinação interna que se move em função de uma aspiração universalista inerente à tradição histórica e cultural que herdamos da Europa.

III — OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO

As características éticas e psicológicas comuns que marcam a fisionomia de nossa região facilitam o processo da integração latino-americana, dando-lhe o indispensável fundamento espiritual e humano. Mas a realidade geográfica, econômico-financeira, social e institucional determina a existência de obstáculos e problemas de ordem material e técnica que não é simples superar. Seja-me permitido examinar em linhas gerais êsses obstáculos e problemas.

a) O cenário geográfico da América Latina é amplo, diverso e generoso em tôda a espécie de recursos naturais, mas nessa mesma amplitude e diversidade se encontram as razões físicas do isolamento dentro do qual transcorreu a história dos países latino-americanos. As economias construídas na era colonial em função da metrópole e sem intercâmbio próprio, continuaram a desenvolver-se isoladamente na etapa republicana, pois seu elemento básico continuou a ser a exportação para mercados externos fora da região. Além disso, as grandes distâncias geográficas e a falta de sistemas de comunicação e de transportes dentro do Continente contribuem para acentuar os efeitos da diferenciação nacional operada no século XIX. Ainda hoje, por exemplo, a América Latina conta apenas 8% das ferrovias do mundo e 4% de estradas de rodagem transitáveis no ato inteiro. Sua infra-estrutura portuária é também deficiente e seus navios não transportam senão 6% da carga marítima que chega e sai da região. Em virtude dessas deficiências, as somas que a América Latina destina ao pagamento de fretes, seguros e outras despesas de transporte, elevam o *deficit* geral de sua balança de pagamentos a mais de 700 milhões de dólares anuais. Em outras palavras, um dos fatores que mais dificultam hoje em dia o comércio

e a integração regional é a falta de uma infra-estrutura de transportes e comunicações.

b) A atividade econômica da América Latina continua predominantemente orientada para a exportação de produtos primários. A indústria tem crescido aceleradamente, estimulada pelo protecionismo encaminhado fundamentalmente à substituição da importação de bens de consumo e intermediários, mas a agricultura continua a ser —apesar da sua virtual estagnação— a atividade que dá ocupação à maior percentagem da população.

Não obstante a aceitação cada vez mais extensa no âmbito internacional da necessidade de aplicar fórmulas que tornem mais eqüitativas as formas de comércio entre os países exportadores de produtos básicos e as nações exportadoras de artigos manufaturados, o panorama geral do intercâmbio externo das matérias-primas da América Latina continua a ser incerto. Basta lembrar que neste momento a maior parte dos produtos alimentícios exportados pelos países latino-americanos, com exceção da carne, atravessa uma situação crítica pelo excesso da oferta que causou notória queda de preços. O cacau e o açúcar dão a melhor ilustração desse fenômeno. Os preços do primeiro desses produtos caíram nos últimos meses a um nível ainda mais baixo do que os cotados nos anos 1934-1938. Os preços do açúcar no mercado livre chegaram a níveis inferiores aos das despesas de produção até dos países produtores mais eficientes.

Em síntese, a estrutura econômica da América Latina, especialmente a do seu comércio exterior, constitui outro fator que dificulta os esforços de integração regional.

c) Embora não seja possível falar de uma situação comum que caracteriza a realidade monetária e fiscal do conjunto da América Latina, não resta dúvida de que os problemas que certos países enfrentam a esse respeito representam sério obstáculo ao desenvolvimento e à integração das economias latino-americanas. Se é bem verdade que muitos dos países da região têm antigos antecedentes de estabilidade financeira e monetária, outros, entre eles alguns dos países maiores da América do Sul, não conseguiram sobrepôr se às conseqüências da inflação.

d) Outro grupo de limitações que atentam contra uma integração acelerada são as que poderíamos chamar de ordem institucional. Do mesmo modo que a América Latina se dispersou em vinte economias diferentes sem a adequada fluidez entre elas, tivemos também durante 150 anos, conspirando contra nossas raízes comuns, a tendência a desenvolver categorias institucionais e culturais divergentes. As causas desse processo estão em grande parte nos fatores geográficos, na falta de meios de comunicação e nas características econômicas que já mencionei, mas a verdade é que ainda hoje em dia, quando o nosso mundo se torna menor em virtude da revolução tecnológica, dos transportes e dos sistemas de comunicações, essas divergências não desapareceram. É interessante salientar, entretanto, que o reencontro da América Latina consigo mesma — essa volta das nações à consciência de que fazem parte de uma mesma comunidade histórico-cultural — se produziu nos últimos anos com uma força que não se conhecia desde a época da Independência.

e) Não é necessário analisar com detalhes as dificuldades que representam para o processo de integração latino-americana as deficiências existentes no campo da educação e da preparação de pessoal capacitado para as tarefas do desenvolvimento, nem o obstáculo a esse processo constituído pela falta de correspondência entre os sistemas de ensino e as políticas universitárias de preparação de profissionais e técnicos. Essas deficiências determinam que a América Latina tenha uma capacidade limitada de absorção tecnológica e científica. É um fato quase axiomático que as grandes nações, com amplos mercados, com extensas populações, com vigorosos ritmos de expansão da sua receita nacional, são as que mais facilmente podem criar, desenvolver e adaptar a tecnologia contemporânea. No momento atual, o destino dos povos depende não só de seus recursos naturais e humanos, mas também dos recursos científicos e técnicos e da capacidade das comunidades de colocar esses recursos a serviço dos processos econômicos e culturais. A integração latino-americana exige necessariamente a absorção acelerada de recursos tecnológicos e científicos. Entretanto, a absorção dessa espécie de recursos dificilmente

poderá ser feita de forma conveniente enquanto não se desenvolver na América Latina uma ação conjunta de caráter científico e técnico cujas elevadas despesas possam ser feitas em comum pelos diversos países da região.

f) Devo finalmente assinalar também o que poderíamos chamar de limitações de natureza instrumental, derivadas do atraso dos países latino-americanos em adotar fórmulas eficientes de ação multinacional. A história do Continente mostra muitas experiências destinadas a promover maior intercâmbio, maior aproximação e maior cooperação econômica e política entre os países da região. Entretanto, foi só nos últimos cinco anos que essas iniciativas tomaram impulso e permitiram criar mecanismos institucionais dotados de possibilidades de coordenar uma ação regional. Entre êsses instrumentos, os mais importantes são sem dúvida, no campo do comércio, o Mercado Comum Centro-Americano e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio; em matéria de finanças, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que, transformado no banco para a integração da América Latina, está dando vigoroso impulso a êsse movimento por meio da ação que mais adiante passarei a relatar; e, por último, o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, que deu fundamento institucional ao programa de cooperação hemisférica adotado em 1961 pelos países americanos com a assinatura da Carta de Punta del Este.

IV — A CAMINHO DE UMA COMUNIDADE ECONÔMICA LATINO-AMERICANA

É evidente que o amadurecimento dos conceitos de integração na América Latina se produziu mais tarde do que em outras regiões da terra. Mas os progressos conseguidos no decurso do último quinquênio são profundamente significativos e começam a dar conteúdo orgânico às diversas iniciativas que se vêm promovendo.

a) No campo das relações comerciais, o Mercado Comum Centro-Americano e a ALALC representam dois focos distintos do movimento de integração. O primeiro, que compreende as cinco repúblicas da América Central, tem o

objetivo de aperfeiçoar um mercado comum no decurso deste ano. A segunda, constituída pelo Tratado de Montevideu assinado em 1961 e formada por nove dos maiores países da América Latina tem uma finalidade mais modesta: criar uma zona de livre comércio até 1973, ou seja, num prazo de doze anos.

A diferença nas metas dos dois planos se explica quando se considera que na América Central o movimento de integração começou na verdade na década de 1950, facilitado consideravelmente pela tradicional tendência à união daqueles países e pela semelhança das suas economias e dos seus níveis de desenvolvimento.

A experiência do Mercado Comum Centro-Americano é particularmente vigorosa. O comércio intrazonal em 1964 havia já triplicado as cifras de 1960, chegando a perto de 95 milhões de dólares, o que em termos relativos significa um aumento do valor total do comércio exterior intra-regional de 7% a cerca de 15%. O intercâmbio de produtos manufaturados registrou uma ascensão constante, estimulando assim a produção industrial. O investimento em novas indústrias aumentou consideravelmente a partir de 1960. Em 1964, em consequência desse processo, o investimento privado no conjunto da região aumentou 18% em relação ao ano anterior.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) acusa também interessante tendência ascendente. As exportações intrazonais em 1964 registraram um valor de 560 milhões de dólares, o que representa um aumento de mais de 80% em relação ao nível de 1961, ao passo que as exportações totais da zona aumentaram apenas 20% no mesmo período. Dessa maneira, o valor das exportações intrazonais subiu de 6,1% a 9,4% do comércio total. Nos últimos três anos, a participação dos produtos negociados nas importações intrazonais aumentou em todos os países da ALALC, exceto no caso do Uruguai e do Paraguai. O setor de maior dinamismo relativo foi o dos produtos manufaturados, entre os quais figuram não apenas bens de consumo e produtos intermediários, mas também bens de capital.

b) Diante dos resultados já alcançados pela ALALC e pelo Mercado Comum Centro-Americano, a etapa seguinte deve logicamente conceber-se não só em função de esquemas sub-regionais, mas também de um Mercado Comum Regional, no qual essas experiências possam ser coordenadas e ao qual adiram os países latino-americanos que ainda não estão incorporados a nenhum dos dois sistemas existentes.

Sabemos todos que um mercado comum reclama não só mecanismos que facilitam a expansão do intercâmbio, mas também fórmulas que possibilitem a coordenação das políticas financeiras e monetárias e as de estímulo ao investimento, com as quais se deve conjugar a estrutura institucional capaz de orientar o processo. Não se trata de copiar ou de adaptar mecânicamente as experiências do Mercado Comum Europeu, mas de utilizar as lições que sua experiência nos mostra e de procurar evitar algumas das limitações que o processo de integração econômica teve de sofrer na Europa.

No relatório que elaboramos a pedido do Presidente FREI, do Chile, eu e três outros dirigentes de organismos internacionais vinculados diretamente ao processo de desenvolvimento da América Latina, propusemos a criação de uma Comunidade Econômica Latino-Americana, como expressão institucional de um Mercado Comum. Além de abolir as tarifas internas, o processo deverá levar à adoção de uma tarifa externa comum, ao estabelecimento e aplicação de uma política regional de investimento, à coordenação de políticas em matéria fiscal, monetária e de pagamentos, à criação de mecanismos para o financiamento do comércio exterior e à mobilização de recursos públicos e privados, internos e externos, para fins de desenvolvimento. Nosso relatório, que foi submetido à consideração dos presidentes das repúblicas latino-americanas, assinala os objetivos da Comunidade, as políticas adequadas para atingi-los, os critérios gerais que orientariam a ação e os mecanismos necessários para a execução dessas políticas. Afirmamos nesse documento que "seria errôneo supor que o manejo eficaz dos instrumentos da política comercial basta para pôr em

prática a política de integração. O jôgo das fôrças da economia estimulada pelas reduções tarifárias não conduziria por si só a êsse resultado. Seria indispensável agir deliberadamente sôbre essas fôrças para conseguir os objetivos daquela política”.

A criação de uma Comunidade Econômica Latino-Americana deverá ser o resultado de um processo gradativo que culmine com uma decisão política dos governos latino-americanos, exteriorizando um sentimento coletivo de integração, do qual já se estão verificando notórias e crescentes manifestações.

É muito satisfatório assinalar, por exemplo, que os bancos centrais dos países-membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio chegaram recentemente a acôrdo sôbre as bases de criação de um *mecanismo voluntário de compensação multilateral de créditos recíprocos em moedas conversíveis*. A adoção de acôrds regionais de cooperação no campo monetário é de maior importância, pois êsses acôrds complementarão os esforços que estão sendo feitos para combater a inflação. O aparelhamento institucional da integração centro-americana abrange ainda diversos sistemas, graças aos quais a América Central pôde chegar à criação de uma moeda comum de contas e de uma câmara de compensação para as transações intra-regionais, bem como ao assentamento das bases para uma união monetária.

c) É sem dúvida *no campo dos investimentos a longo prazo* que se podem criar os mais importante estímulos substantivos para uma ação integradora.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, tanto em sua ação de acelerar o progresso nacional quanto na escala regional, é um dos vigorosos instrumentos que surgiram no último quinquênio, transformando-se no “Banco da Integração” e numa das vigas mestras do que pode ser, no futuro, uma Comunidade Econômica da América Latina.

V — O BID E O FINANCIAMENTO EXTRA-REGIONAL

A natureza multilateral do Banco Interamericano e sua posição de organismo financeiro dotado da possibilidade de canalizar recursos externos permitem-lhe servir de

ponte para a colaboração de outras regiões nos esforços latino-americanos de integração. Esse papel não é novo para o Banco no que se refere à cooperação européia, pois quase desde sua fundação vem procurando o estabelecimento das mais estreitas relações financeiras com os setores públicos e privados da Europa. Foi por isso que na excursão que fez há alguns meses por vários países europeus o Presidente do Chile julgou oportuno assinalar que "o Banco Interamericano já é um órgão que facilita os problemas de financiamento externo da Europa e da América Latina". Assim é, de fato, como o demonstram os seguintes meios de ação que o nosso instituto está desenvolvendo com governos e setores financeiros da Europa Ocidental:

a) Em primeiro lugar, por intermédio das *emissões de bônus* na Itália, Alemanha e Inglaterra num montante acumulado de mais de 70 milhões de dólares, o que significou, pode dizer-se, que esses mercados voltaram a abrir-se para o conjunto dos países latino-americanos;

b) em segundo lugar, em consequência das atividades e providências do Banco na Europa vários países proporcionaram *fundos para a sua canalização para a América Latina*. É esse o caso da Espanha que pôs à disposição do Banco vinte milhões de dólares, por intermédio do Instituto Espanhol de Moeda Estrangeira, e da Holanda, que combinou com o Banco o emprêgo do equivalente em florins a dez milhões de dólares para o financiamento de projetos de desenvolvimento na América Latina. Um convênio semelhante está em avançada etapa de negociações com o Reino Unido, cujo governo anunciou sua decisão de pôr à disposição do BID o equivalente em libras esterlinas a vinte milhões de dólares, dos quais 8.400.000 já foram objeto de contribuição mediante a emissão de bônus efetuada naquele país. Esse tipo de cooperação por intermédio do Banco Interamericano tem interessado também a países industrializados de outras regiões. É esse o caso do Canadá, que nos confiou fundos no total de 35 milhões de dólares canadenses. Estão em fase adiantada de negociações acordos semelhantes com o Japão e com Israel.

c) Terceiro, o processo de *ventas de participações* dos primeiros vencimentos de empréstimos ordinários efetuados pelo Banco está permitindo o concurso dos bancos privados europeus no financiamento dos projetos de desenvolvimento em nosso região.

d) Quarto, a atividade do Banco oferece aos recursos europeus a oportunidade de contribuir mediante *financiamentos paralelos* para a execução de projetos cujas despesas estão sendo cobertas em parte com a própria contribuição nacional e com empréstimos do Banco. Exemplos dêsse tipo de cooperação são a participação da Alemanha no programa de recuperação da mineração boliviana e as contribuições italianas para a Central de Acaray, no Paraguai.

e) Por último, outro tipo de cooperação se realiza por intermédio dos *Grupos Consultivos de Financiamento* constituídos pelo Banco para coordenar a ação dos diversos organismos e países que estejam dispostos a concorrer para o financiamento dos projetos incluídos nos planos de desenvolvimento dos países latino-americanos. Nesse sentido, o Banco está tornando possível uma crescente participação européia nas tarefas de desenvolvimento na América Latina. O primeiro Grupo Consultivo criado pelo BID foi o destinado ao financiamento do Plano Geral de Desenvolvimento do Equador, no qual intervêm oito países da Europa Ocidental. Cerca de 30% do total de recursos externos até agora autorizados, dentro do esquema dêsse Grupo Consultivo, provêm de empréstimos concedidos ao Equador por países da Europa.

As fórmulas aqui assinaladas de cooperação européia por intermédio do Banco Interamericano não são, decerto, senão um aspecto das relações financeiras que ligam aqueles países aos nossos e cuja importância se demonstra com as seguintes cifras: 22,5% da dívida pública externa a longo prazo, pagável em divisas, da América Latina representam obrigações com credores públicos ou privados da Europa e dois terços dos créditos de fornecedores provêm do Velho Mundo. Vemos, portanto, que o crédito de forne-

cedores predomina amplamente no financiamento que a Europa está concedendo à América Latina.

No período 1960-1964, os câmbios líquidos nos créditos de fornecedores garantidos por países europeus e destinados à América Latina chegaram a 950.400.000 dólares, ao passo que os desembolsos líquidos de recursos oficiais da Europa para a nossa região —principalmente para refinanciamento e em menor escala para novos projetos— chegaram a apenas 253.200.000 dólares. Devo destacar, no entanto, que a ajuda oficial bilateral que os países europeus estão concedendo à América Latina aumentou substancialmente: de 15.600.000 dólares anuais em 1960 a 52.500.000 dólares em 1964.

Os investimentos privados diretos são também consideráveis, chegando seu total a cerca de 3.500.000.000, cifra que representa quase 30% de todo o investimento direto estrangeiro na América Latina.

VI — NOVAS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO EUROPEIA

Esse quadro de relações financeiras mostra a significação crescente das mesmas no âmbito mais amplo da vinculação geral da América Latina com a Europa. Creio, entretanto, que há possibilidades concretas de aumentá-las e dar-lhes maior solidez em benefício recíproco. Eis algumas das medidas que facilitam a consecução de nossos objetivos:

Primeiro. — O fato de que a América Latina conte com um organismo financeiro multilateral como o Banco Interamericano abre perspectivas concretas de entendimentos que se afastem do esquema predominantemente bilateral em que os países europeus vêm desenvolvendo as relações ora examinadas. Gostaria de reiterar minha proposta de criação de um *fundo europeu de investimentos*, apresentada há mais de quatro anos. Esse fundo seria multilateral do ponto-de-vista dos contribuintes europeus e multilateral também do ângulo do organismo encarregado de sua administração, isto é, o Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento. Na realidade, não vemos dificuldades institucionais para assentar os termos adequados de referência entre um grupo de países europeus e o nosso instituto para conseguir o objetivo indicado. Convém recordar em relação a essa matéria que o Banco Interamericano tem seguido no uso de seus próprios fundos a política de não limitar a determinados países o emprêgo dos recursos proporcionados por seus empréstimos ordinários. Em consequência disso, mais de 50% das importações feitas ou contratadas com tais recursos do Banco têm favorecido fornecedores de países que não são membros da nossa instituição, principalmente europeus.

Segundo. — Não é em geral fácil o acesso aos mercados de capitais europeus, tanto pelas condições intrínsecas dos mesmos quanto pelo custo mais alto das emissões de bônus em comparação com o mercado norte-americano. Não vem sendo, por isso, simples para o Banco Interamericano utilizar êsse meio de obtenção de recursos, pois às circunstâncias mencionadas se junta o fato de que nossa instituição não goza para suas emissões na Europa da posição de Organismo Internacional que se reconhece ao Banco Mundial e ao Banco Europeu de Investimentos pelo fato de participarem dêles os países europeus. Apesar disso, graças à compreensão demonstrada pelos governos da Itália, do Reino Unido e da Alemanha, nossos bônus puderam ser colocados em condições satisfatórias. Creio que esta ocasião é propícia para reiterar o apêlo à compreensão européia, a fim de que o nosso Banco possa continuar a ter acesso aos mercados de capitais da Europa em condições semelhantes às concedidas a outros organismos internacionais.

Terceiro. — A Europa pode contribuir de forma direta para a aceleração da integração da América Latina, mediante não só o aproveitamento das oportunidades para maior investimento industrial criadas pelos mercados mais amplos que estão começando a constituir-se, mas também a colaboração nos estudos dos diversos tipos de projetos multinacionais ou de alcance setorial que o processo de integração implica.

São muitas as iniciativas nos campos dos transportes e comunicações, da produção de energia elétrica e do desenvolvimento das indústrias básicas que devem ser enfrentadas em escala regional. Existe ali um vasto campo de atividades para os financiamentos de pré-inversão e para o concurso da ajuda pública internacional e dos capitais privados no financiamento final dos projetos. O Banco Interamericano está ativando cada vez mais sistemas para o financiamento de estudos e outras atividades de pré-investimento, que conduzam ao desenvolvimento de vasta gama de projetos multinacionais. A cooperação européia nessa matéria seria de grande utilidade e facilitaria as possibilidades de investimentos em nossos países nos campos abrangidos por êsses estudos.

VII — A COMUNIDADE ECONÔMICA LATINO-AMERICANA
NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Comprendemos que a criação de uma comunidade de nações com imagem e voz própria deve ser obra nossa, dos latino-americanos. Entretanto, no mundo atual de crescente interdependência dos Continentes e das culturas, nossos esforços necessitam não só da compreensão, mas também da participação das nações às quais continuamos ligados pelos laços permanentes que há mais de 474 anos estabeleceu o gênio do Almirante das Índias.

Por isso, quando postulo em favor do regionalismo latino-americano como um instrumento para superar os obstáculos naturais ao nosso progresso, assinalo que êsse movimento corresponde ao conceito de universalidade que progressivamente abre caminho no mundo contemporâneo e que o Papa JOÃO XXIII externou admiravelmente em sua encíclica *Mater et Magistra*: "(. . .) As comunidades políticas se condicionam mutuamente e pode afirmar-se que cada qual consegue seu desenvolvimento contribuindo para o desenvolvimento das demais".